



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo n.º 11389/2021

À Senhora  
Taciane Ribeiro Sousa Diniz  
Pregoeira Municipal  
Comissão Permanente de Licitação

**Referência:** Processo Administrativo n.º 11389/2021 – Assunto: Registro de preços para eventual aquisição de Kit de enxoval para distribuição gratuita as famílias carentes do Município de São Mateus do Maranhão/MA. Pregão Eletrônico.

**EMENTA:** Parecer Jurídico. Direito administrativo. Licitação e Contratos. Pregão Eletrônico. Análise jurídica inicial. Minuta do Edital. Minuta do Contrato e demais anexos. Requisitos legais preenchidos. Aprovação.

## PARECER JURÍDICO

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Procuradoria, em observância ao que dispõe o artigo 38 da Lei n.º 8666/93, na qual se requer análise jurídica da legalidade dos atos iniciais do **Processo Administrativo n.º 11389/2021**, especificamente quanto ao texto da minuta de Edital, do contrato e seus anexos, que objetiva o Registro de preços para eventual aquisição de Kit de enxoval para distribuição gratuita as famílias carentes do Município de São Mateus do Maranhão/MA.

O processo encontra-se instruído com os seguintes principais documentos:

- a) Termo de abertura;
- b) Ofício solicitante, com quantitativo;
- c) Pesquisa de preços;
- d) Termo de Referência;



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo n.º 11389/2021

- e) Aprovação do termo de referência pela autoridade competente;
- f) Autorização da autoridade competente para abertura do processo licitatório;
- g) Juntada de Portaria de nomeação da Pregoeira e equipe de apoio;
- h) Autuação do processo;
- i) Minuta Edital e anexos.

Vieram os autos a esta Procuradoria para emissão de parecer jurídico referente a minuta de edital, contrato e anexos.

É o que competia relatar. Opina-se.

## 2. MÉRITO

*Ab initio*, destaca-se que a análise realizada por esta procuradoria será restrita ao prisma jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Em que pese não haver necessidade de aqui discorrer com profundidade sobre a obrigatoriedade de licitar, sabe-se que esta pode ser classificada como um princípio constitucional estampado no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, que se aplica, ressalvados os casos específicos, a todo ente da administração pública direta ou indireta, no que tange a contratação de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras alienações, concessões, permissões e locações.

No entanto, considerando que a Constituição Federal estabelece critérios gerais, a Lei n.º 8.666/93, e alterações, estabelece critérios e diretrizes específicos que deverão nortear a Administração Pública na identificação da necessidade local, o tipo e o modo como deverá ocorrer a contratação.

Sendo assim, destaca-se que o exame dessa procuradoria se dá nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Complementar n.º 123/2016 e suas alterações, Decreto n.º 10.520/2002, Decretos Municipais n.º 029/2015 e n.º 030/2015, Decreto n.º

2 de 7





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo n.º 11389/2021

7.892/2013, Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014 e demais normas pertinentes à espécie, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, tendo, ainda, teor elucidativo não vinculativo da Consulente.

### Da Justificativa de Contratação

*In casu*, a justificativa de contratação encontra-se no Termo de Referência. Destaca-se que a justificativa da necessidade de contratação é requisito de cunho técnico-administrativo, não cabendo a esta procuradoria a análise das razões apresentadas pela área competente.

### Da adequação da modalidade licitatória escolhida

A contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, no regime de execução por preço unitário, com amparo na Lei n.º 8.666/93, Decreto n.º 10.520/202 e Decreto n.º 10.024/2019.

Assim, vejamos o que dispõe o artigo 1º, parágrafo 3º do Decreto n.º 10.024/2019:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...]

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Diante disso, tem-se adequada a modalidade licitatória escolhido.

### Do Sistema de Registro de Preços

3 de 7



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo n.º 11389/2021

O Sistema de Registro de Preços é regulamentado pelo Decreto n.º 7.892/2013 e poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Em análise detida dos autos, constata-se a justificativa da autoridade competente para escolha do Sistema de Registro de Preços, enquadrando nas hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto n.º 7.892/2013.

### Do critério de julgamento

Quanto ao critério de julgamento, o artigo 7º do Decreto n.º 10.024/2019 prevê:

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de **menor preço** ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Ademais, de maneira ainda mais específica prevê o artigo 8º do Decreto n.º 7.892/2013:

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Nesse contexto, tem-se como adequado o critério de julgamento escolhido, qual seja, menor preço por item.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo n.º 11389/2021

### Da Minuta do Edital e anexos

No que tange a obediência ao artigo 38, parágrafo único da Lei n. 8.666/93, mister aduzir que a elaboração do edital, ou ato convocatório, é atividade de elevada importância e deverá possuir amplo caráter de legalidade. É nele que serão estipuladas as regras que se aplicarão à disputa: desde critérios de habilitação e classificação, a preço, pagamento, sanções, demais regras procedimentais, e minuta do contrato administrativo que será firmado com o vencedor.

Desta forma, após análise da Minuta da Edital de Licitação observa-se que a mesma cumpriu as seguintes exigências legais previstas para espécie: i) objeto da licitação, em descrição sucinta e clara; ii) prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação; iii) sanções para o caso de inadimplemento; iv) condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93, e forma de apresentação das propostas; v) os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; vi) locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto; vii) critério de reajuste; viii) condições de pagamento; x) instruções e normas para os recursos; x) condições de recebimento do objeto da licitação; xi) outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Era o que cabia relatar sobre este ponto.

### Da Minuta do Contrato

Quanto a minuta do contrato observa-se que esta estabelece com clareza e precisão as condições para sua execução, através de cláusulas expressas que vem a definir as obrigações e responsabilidades das partes. Além disso, observa-se ainda que a minuta também está de acordo com o art. 54 e seguintes da Lei n. 8666/93, uma vez que se faz presente:

- a) o objeto e seus elementos característicos;
- b) o regime de execução ou a forma de fornecimento;



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo n.º 11389/2021

- c) o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- d) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo;
- e) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- f) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- g) os casos de rescisão;
- h) o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- i) a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- j) a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- k) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Dessa forma, tem-se que o processo licitatório guarda observância aos elementos contidos no artigo 40 (normas concernentes ao ato convocatório da licitação) e seguintes, todos da Lei n.º 8.666, de 1993.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando as peças colacionadas aos presentes autos, trazidas ao conhecimento desta Procuradoria-Geral, bem como a regular incidência do normativo aplicável ao caso, e, sem prejuízo das demais providências necessárias na esfera administrativa, a juízo da autoridade competente, opina-se pela APROVAÇÃO das minutas referentes ao Processo Administrativo n.º 11389/2021 para Registro de preços para eventual aquisição de Kit de enxoval para distribuição gratuita as famílias carentes do Município de São Mateus do Maranhão/MA, com fulcro no art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, podendo o feito ter seu prosseguimento, com vistas

6 de 7



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo n.º 11389/2021

ao fim do interesse público, propondo-se o retorno do processo à Comissão Permanente de Licitação para as providências decorrentes.

Salvo melhor juízo, é o parecer opinativo.

São Mateus do Maranhão (MA), 19 de maio de 2021.

*Mayara Késia Lobão dos Santos*  
Mayara Késia Lobão dos Santos  
Procuradora-Geral do Município  
Portaria n.º 019/2021-GP  
OAB/MA 17.750